

## Educação escolar em quilombos: algumas reflexões

**CUNHA, Deise Teresinha Radmann<sup>1</sup>; HAERTER, Leandro<sup>2</sup>; NUNES, Georgina Helena Lima<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas/UFPel – Licenciatura em Pedagogia; <sup>2</sup>IF-Sul – Mestre em Ciências Sociais; <sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Faculdade de Educação, Departamento de Ensino – geohelena@yahoo.com.br.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos as primeiras análises/ou reflexões das observações realizadas durante as visitas às Comunidades Remanescentes de Quilombo dos municípios de Canguçu e Piratini durante a execução do Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para Comunidades Quilombolas”. O projeto financiado pelo MEC/SECAD e executado pela Faculdade de Educação/FaE da Universidade Federal de Pelotas tem por objetivo construir materiais didáticos destinados aos anos finais do Ensino Fundamental. É orientado pelas determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e busca subsídios para a implementação da Lei 10.639/03 que altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, especialmente, das disciplinas de História, Literatura e Educação Artística. A partir desse objetivo, discutimos alguns aspectos ligados à educação, temática que orienta as inserções etnográficas junto as comunidades articulando-a, contudo, a outras questões tais como cultura, religiosidade, trabalho, medicina popular. Durante a realização das entrevistas foi possível perceber a forma como cada comunidade se relaciona com a educação, a visão das crianças e dos adolescentes sobre a escola que os “(de) forma”, uma vez que avistam neste lugar um ambiente onde perdem a liberdade, ficam “amarrados” a cadeiras enfileiradas. Os currículos estão desvinculados de sua realidade, das suas necessidades, dos valores do grupamento étnico a que pertencem, o que impede que o aprendizado escolar se transforme em instrumento significativo de emancipação individual e coletiva. Nessa perspectiva, é necessário pensar estratégias para que estes alunos como sujeito sócio-culturais recebam educação que não reproduza estigmas e que valorize as tradições culturais quilombolas desde a sua infância a fim de que seja possível às futuras gerações, um fortalecimento de sua identidade étnica de modo a travar um diálogo com as relações sociais nas quais estão inseridos, onde práticas racistas ainda estão presentes. É preciso também que estes realizem suas leituras de mundo, tomando esta orientação como ponto de partida para a construção do seu processo de aprendizagem e de desvelamento da realidade em que se insere. A interpretação do mundo tem como parâmetro a proximidade quilombola com a natureza, que é uma relação determinante de sua cultura, de seu modo de estar no mundo; a tradição oral ensinada e aprendida de forma coletiva se constitui forte indicativo de como direcionar o trabalho pedagógico, uma vez que, conforme costumam relatar os integrantes das comunidades, “o quilombo sempre plantou e sempre viveu junto à natureza” (D. Vanda – CRQ Rincão do Quilombo).

### 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Durante o ano de 2010, houve uma inserção nas comunidades do município de Canguçu – Armada, Cerro das Velhas, Estância da Figueira, Favila, Iguatemi, Maçambique, Manuel do Rego, Passo do Lourenço e Potreiro Grande, assim como as do município de Piratini – Fazenda Cachoeira e Rincão do Quilombo. Durante as visitas eram feitos registros em diários de campo, fotos e gravações de vídeos. Ao mesmo tempo, foram organizados seminários para a formação de professores das redes municipais dos mesmos municípios, que contaram com a presença de representantes das comunidades que enriqueceram os debates com suas ideias e suas vivências. Atualmente o projeto encontra-se em fase de pesquisa bibliográfica com estudos direcionados aos elementos apontados pelos sujeitos em suas narrativas: cultura nas suas múltiplas dimensões, processos históricos de formação de quilombos, trabalho e formas estruturantes de resistir e construir possibilidades educativas a partir do vivido nas comunidades e outros.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nossa discussão inicia pelo entendimento que temos acerca do conceito de quilombos contemporaneamente:

Com o processo de ressemantização do termo quilombo a partir da Constituição Federal de 1988, esta categoria deixa de descrever apenas a ideia expressa na legislação colonial e imperial, segundo a qual quilombo remetia a agrupamentos de escravos fugidos, para passar a delinear um tipo de comunidade que, sendo composta principalmente por descendentes de escravos, caracterizam-se por uma memória e uma territorialidade específicas e marcadas pelo uso comum, laços de parentescos e a auto atribuição. (ARRUTI, 2006)

Como vimos as comunidades remanescentes de quilombo só iniciaram a ter visibilidade a partir da Constituição de 1988, artigo 68 do ADTC (Ato das Disposições Transitórias Constitucionais) passando assim, a ter direito a titularidade de suas terras que são territórios carregados de história e de lutas por uma sobrevivência, resistência a um sistema de expropriação imposto a esses sujeitos.

Estima-se que exista atualmente cerca de 1711 comunidades tituladas pela Fundação Cultural Palmares. No Rio Grande do Sul temos 86 comunidades certificada e outras tantas em processo de certificação. Presume-se que tenham em todo o país cerca de 900 mil crianças e jovens quilombolas até 17 anos. Segundo dados da UNICEF, o número de escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombo cresceu 94% entre os anos de 2005-2006. Mas, em 2007 verificou-se uma redução de cerca de 30 unidades. As causas dessa redução normalmente são por deficiência de infraestrutura e a baixa qualidade do ensino oferecido, além do difícil acesso tanto para alunos como para professores.

A partir da Conferência Nacional em Educação (CONAE/2010) a Educação Escolar Quilombola se constitui uma modalidade de ensino na educação brasileira (Resolução 07/2010 do Conselho nacional de Educação [CNE] ), que se constitui como resultado de um processo antecedido pelos seguintes aparatos legais:

O tema da educação em comunidades quilombolas se sustenta, no plano normativo, em ao menos quatro documentos, a saber: a Lei Federal nº 10.639/2003, cuja orientação consiste em que a Educação Básica adote nos conteúdos programáticos o estudo da história e da cultura afro-brasileira; a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), promulgada pelo decreto 5.051, de 2004, que garante o direito de uma educação apropriada às diferenças das populações étnicas; o Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (decreto 6.040, 2007), que

aponta para a necessidade de se produzir modalidades de educação adequadas aos modos de vida das populações tradicionais. (ARRUTI, 2011, p.30)

Acredita-se que processos educativos tais como senso de comunitarismo, referenciados em princípios do mundo africano recriados nas diásporas, principalmente em quilombos, possam tornar-se ensinamentos a sociedades cada vez mais individualizadas.

Do contato realizado com muitas pessoas das comunidades, principalmente lideranças, mas, também, crianças e jovens, onde cada um dava seu relato de vida e sua visão sobre a educação e a escola observa-se a incompletude de processos educativos generalistas que não levam em conta os processos sócio-históricos de formação étnico-cultural da sociedade brasileira. Alguns se manifestaram através de desenhos, redações, além das entrevistas registradas sob a forma de vídeo, cuja apreensão de dados ocorreu com as devidas autorizações dos responsáveis, principalmente, no que tange ao uso das imagens. O que mais nos chamou a atenção é que eles tratavam a educação como algo distante de suas realidades, uma vez que na escola “perdem” sua identidade e se tornam mais um “dentro do vidro”<sup>1</sup>.

Pode-se dizer que isso começa pelo fato de poucas comunidades possuírem escolas de Ensino Fundamental, não apenas localizadas em suas imediações, mas, que estabeleçam um diálogo mínimo com as peculiaridades do território. Muitas são as adversidades em relação ao processo de escolarização de crianças, jovens e, também, adultos quilombolas. Como exemplo tem-se a Comunidade de Fazenda Cachoeira, localizada no interior do município de Piratini/RS, onde as crianças se deslocam até a escola através do transporte escolar, mas somente de terça a quinta em período integral, nos outros dias, quando as aulas acontecem em um único turno, é considerado “desperdício” apanhá-los, uma vez que a comunidade é muito distante da escola.

Outro fato relatado pelos jovens e crianças é que a forma estigmatizada como são vistos dentro da escola, os leva a se afastarem cada vez mais deste espaço. Os relatos de Cristiane e Sandra da Comunidade de Iguatemi, interior do município de Canguçu/RS nos mostra bem isso:

Na escola, eles não mostram como é a África, sempre dizem que lá não tem comida, que as pessoas passam necessidades, quando falam em negro, todos da sala olham para nós e outro colega que também é negro na sala. Tudo que acontece de ruim é culpa dos negros. (Anotações de campo).

Tais equívocos produzem identidades distanciadas de suas matrizes ancestrais, enfraquecendo, principalmente, processos de disputa por direitos que requerem que a identidade étnica seja uma ferramenta política para a organização quilombola e da população negra em geral.

#### **4 CONCLUSÃO**

Acredita-se que a escola pode valer-se dos conhecimentos tradicionais das comunidades principalmente no que se refere a corporeidade negra, permitindo uma estada mais agradável e uma forma de construção de conhecimento mais apropriada a um saber que não se desvincula de ordens diversas de fazer: na roça, nos terreiros da casa, nas brincadeiras, nos saberes acerca das plantas, dos matos

---

1 Expressão utilizada por Ruth Rocha no livro “Este admirável mundo louco” ao referir-se a escola.

e suas credences que só podem ser compreendidos no diálogo histórico com que negros/as estabelecem no corpo-lugar que através de ludicidades que os mesmos depreendem, revelam, ao mesmo tempo, a radicalidade dos descendentes das populações africanas transformadas em cativas. Quando os professores ensinam a história da população negra e enfatizam somente a história da escravidão, não mostram valores positivos, a influência cultural para a sociedade que este povo trouxe na linguagem, na dança, na religião, na música, na culinária e outros. Os saberes tradicionais sobrevivem através da oralidade tornando-se um aprendizado para crianças, jovens e adolescentes e, pode-se dizer, para a sociedade como um todo.

Estamos a mais de 100 anos da abolição da escravatura mas suas marcas ainda não se apagaram da nossa história. É papel da escola mudar este fato começando por eliminar a exclusão, uma vez que a criança ao vivenciar esse cotidiano de desigualdade, tem uma visão de que negros e brancos ocupam lugares diferentes na sociedade por uma questão de “natureza”. A educação deve cumprir o papel de garantir a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, lutando contra o impacto do racismo na infância. Conforme nos diz Soares (2008, p.62):

O Quilombo pode ser entendido como o lugar que guarda fragmentos da história e das tradições culturais do povo negro, porém esta história pode ser negada pelos próprios sujeitos que habitam esse espaço. Assim, como o Quilombo tem sua história talvez única na História, a Escola também se encarrega de construir uma história na vida de cada sujeito negro e quilombola que ali passa. (p. 62)

E, finalizando, é necessário que os profissionais da educação, sensibilizem-se e transformem suas didáticas e pedagogias visando a implementação da Lei 10.639/03. Tal ação implica em reparação dos males causados por séculos de negação da cultura e história afro-brasileira e africana na escola, principalmente, quando se observa que as taxas de evasão, repetência, baixo índice de acesso ao ensino superior, enfim, a negação de direitos sociais e humanos se concentram naqueles/as cujos costumes e valores não foram pedagogizados como fundamentais para romper ciclos de exclusão social decorrentes de preconceitos/discriminações raciais presentes em currículo escolar. Que não se restringe apenas à uma relação de conteúdos.

## 5 REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Maurício. Mocambo: Antropologia e história dos processos de formação. Bauru: Edusc, 2006.
- ARRUTI, José Maurício. Educação Quilombola em debate: A escola em Campinho da Independência (RJ) e a proposta de uma pedagogia quilombola. In CUNHA, Ana Stela de Almeida (org.) *Construindo quilombos, desconstruindo mitos: A educação formal e a realidade quilombola do Brasil*. São Luís: SETAGRAF, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- ROCHA, Ruth. *Este Admirável Mundo Louco*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986.
- SOARES, Edmara. Do Quilombo à Escola: os efeitos nefastos das violências Sociais Silenciadas. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2008